

UMA REFLEXÃO SOBRE TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA APA DELTA DO PARNAÍBA/PI – ROTA DAS EMOÇÕES

Amanda Maria dos Santos Silva¹
Ricardo Rayan Nascimento Rocha²

RESUMO

O meio ambiente vem sofrendo os impactos negativos da produção desenfreada do sistema vigente: o modo de produção capitalista. Assim, o desenvolvimento sustentável apresenta-se como um novo modelo conciliatório entre a contínua produção e a proteção dos recursos naturais. A atividade turística, através de seus segmentos “sustentáveis”, propõe formas menos prejudiciais aos atrativos naturais que são potencializados pela atividade. O objetivo desse trabalho é apresentar uma reflexão a partir da relação do turismo e desenvolvimento sustentável, ambos praticados na Área de Proteção Ambiental – APA Delta do Parnaíba, inserida na Rota das Emoções. Questiona-se, como acontece na prática, a relação do turismo e desenvolvimento sustentável, ambos interconectados para a promoção da atividade turística do município de Parnaíba/PI e a suposta inserção das comunidades no planejamento e gestão do turismo, aspectos básicos para definir o *ecoturismo*, segmento comercialmente e sustentavelmente divulgado. Para se alcançar esse objetivo, o trabalho se constitui a partir de pesquisas bibliográficas e documentais sobre turismo e desenvolvimento sustentável, além de visitas técnicas já realizadas nas comunidades que compõem a APA Delta do Parnaíba, travando a discussão sobre o cerne das problemáticas ambientais ao nível global e local, nos equívocos da presente atividade turística. Percebeu-se que é conflituosa e contraditória a relação do turismo e desenvolvimento sustentável junto às comunidades do Delta, tendo em vista que o segmento comercializado – ecoturismo – é praticado somente para fins comerciais, pois pelo fato de não existir planejamento da atividade entre os atores envolvidos, isso provoca a falta de participação das comunidades, ocasionando a apropriação do poder privado local sobre o patrimônio natural do Delta, através do discurso raso, falacioso e polido da sustentabilidade, no contexto do objeto de estudo apresentado.

PALAVRAS-CHAVE: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. TURISMO. APA DELTA DO PARNAÍBA/PI.

¹ Acadêmica do Mestrado em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará - UFC. Email: amssphb@hotmail.com

² Graduado em Turismo na Universidade Federal do Piauí – UFPI. Email: rayan.rayan.rr@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A degradação do meio ambiente é reflexo do desenvolvimento desenfreado que o homem vem proporcionando, tendo em vista sua apropriação sobre os recursos naturais, buscando acumulação de riquezas, progresso e geração de lucro. Aos poucos, o meio ambiente e as interferências antrópicas ganharam espaços de discussão no meio acadêmico, político, empresarial e entre outros atores envolvidos na urgência resolutiva desse problema, colocando o *ecocentrismo* em visibilidade.

Diante disso, desde meados de 1960, o mundo entrou em emergência, afirmando a necessidade de estudos, onde potências mundiais, organizações, ONG's, pesquisadores e ambientalistas discutem assuntos interligados com as problemáticas ambientais. Assim surge no Relatório Brundtland, elaborado em meados de 1987, a expressão profética e flexivelmente mercantilizada: *desenvolvimento sustentável*.

O turismo, enquanto atividade econômica alternativa a ser planejada e gerida em determinadas localidades, é compreendido como “as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001) e possui inerência direta com os preceitos sustentáveis, através de seus segmentos. À sua inserção e potencialização de economias, atribui-se a geração de impactos positivos e negativos, sejam eles de cunho econômico, cultural, social, político e ambiental. O contato humano e massivo em uma localidade ambientalmente frágil como, por exemplo, o Delta do Parnaíba/PI, pode provocar inúmeros impactos e dentre eles sérios danos aos recursos naturais disponíveis para a composição da paisagem ou até mesmo, riscos para as comunidades receptoras.

Localizada em um ambiente natural repleto de ecossistemas e com moradores ribeirinhos e de municípios, a APA Delta do Parnaíba/PI³, que compreende uma extensão de 2.700 km², engloba os estados do Piauí e Maranhão, com os seguintes municípios: Tutóia/MA, Água Doce do Maranhão/MA, Araisos/MA, Parnaíba/PI, Ilha Grande/PI/ e Luis Correia/PI (MMA apud ICMbio, 2002; SEMAR, 2003b) e está inserida na Rota das Emoções, roteiro que liga três estados (PI/CE/MA) e tem o turismo como prática de geração de renda para o poder público e privado local (ICMBIO, 2010).

De antemão, esse artigo não busca negar a sustentabilidade no seu sentido de proteção ambiental, mas como a sua apropriação por outros atores da atividade reflete uma necessidade de se debater essa conciliação que o desenvolvimento sustentável, em nível global, prega. Portanto, o presente artigo tem como objetivo principal ensaiar uma reflexão acerca do turismo e do desenvolvimento sustentável, praticados no Delta do Parnaíba, ora conciliatória, ora controversa.

A metodologia utilizada no trabalho foi através de pesquisas bibliográficas e documentais, experiências de trabalhos de campo já realizados no Delta do Parnaíba, além de revisão de periódicos que tenham o turismo e o desenvolvimento sustentável como foco de discussão e problemática, proporcionando uma revisão teórica desse modelo desenvolvimentista.

Cabe a esse trabalho questionar os pressupostos do desenvolvimento sustentável e em específico, atrelado ao turismo, para assim proporcionar um debate que instigue a governança estadual e municipal e as comunidades receptoras, acerca desse modelo econômico-ambiental e suas distorções para com os recursos naturais locais. Além disso, explicitar as contradições que norteiam essa sustentabilidade na sociedade atual e no meio empresarial, que tem como intuito ideológico, a reafirmação do modo de produção atual (capitalista) e não o concebe como o cerne de todas as problemáticas ambientais do mundo contemporâneo.

³ Criada em agosto de 1996 com a intenção não só de proteger os recursos hídricos e a mata aluvial, mas também incentivar o turismo ecológico e conscientizar a população da área. A APA do Delta do Parnaíba se estende desde os municípios de Barroquinha e Chaval, no Ceará, até o município de Tutóia, no Maranhão.

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Você sabia que a Revolução Industrial, iniciada em meados do século XVIII, é vista como o marco inicial das grandes agressões ambientais provocadas pelo ser humano? Pois é, a partir daí, as atividades humanas resultantes de seus grandes avanços científicos e tecnológicos, assim como a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico com ênfase no consumismo e na geração de riquezas sem preocupações com o desequilíbrio social entre os povos e o surgimento dos problemas ambientais, vêm sendo apontadas como as principais responsáveis pelas mudanças climáticas pelas quais passa o planeta (LEAL, 2013, p. 03).

Nas citações acima, pode-se ter uma noção geral de como as relações de produção do capitalismo, aprofundadas na Revolução Industrial, refletem as atuais crises ambientais que colocam em alarme o meio ambiente e a continuação da vida humana nos limites existentes, assim como o novo imperialismo que deu surgimento a uma promessa de “desenvolvimento” aos países do terceiro mundo.

Assim, a discussão sobre as problemáticas que infligem sobre os recursos naturais do meio ambiente, espelho do trabalho do homem sobre a natureza, surgiu na década de 1960, através do Clube de Roma⁴, que compôs um relatório intitulado *Limites do Crescimento*, apontando à inviabilidade do crescimento urbano-industrial ilimitado e que se fossem mantidas a industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais da forma atual, em menos de cem anos, a humanidade teria o início de seu fim (LEAL, 2013, p. 9).

Já em 1972 e 1977, respectivamente, aconteceram a 1ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (Conferência de Estocolmo), tornando oficial o alarme internacional a favor do meio ambiente no sentido de criação de políticas públicas que o protegesse mundialmente, e a 1ª Conferência Mundial de Educação Ambiental (Conferência de Tbilisi), que aconteceu em Geórgia, ex - URSS, apontada como manifesto

⁴ Nesse ano, um grupo de pesquisadores dos países desenvolvidos reuniu-se em Roma, Itália, buscando efetuar estudos sobre as demandas ambientais globais.

em busca da restauração da terra para garantir a sobrevivência de todas as espécies e colocando o capitalismo como grande vilão da crise existente (LEAL, 2013, p. 9).

Nesse período, o principal conflito estava entre os países desenvolvidos do hemisfério norte e países em desenvolvimento do hemisfério sul, sendo que os primeiros reivindicavam o direito à industrialização e viam as políticas ambientais como freio econômico e os últimos, vendo-as com preocupação acerca das rigorosas limitações que fossem contra o padrão de consumo e a contínua produção.

Assim, em 1980 foi divulgado o Relatório *Brandt*⁵ que apresentou propostas para a economia dos países do hemisfério norte e sul no sentido de proteção ambiental, porém, foi ignorado pelos governos da época, tendo em vista o grande poder neoliberal que alimentava a livre circulação de capitais, livre comércio e a não intervenção econômica do estado.

Já em 1987, foram desenvolvidos debates sobre desenvolvimento sustentável na Comissão Nacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNMD), através da ONU e com a chefia da primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Foi composto um relatório, intitulado com o mesmo nome e que definiu esse modelo da seguinte forma:

O desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração de recursos, o direcionamento de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional acontecem em concordância com as necessidades presentes e futuras (WCED, 1987 apud FERNANDES; GUERRA, 2003, p. 81).

Continuando, de acordo com o Relatório Brundtland, o desenvolvimento sustentável pressupõe a preservação do equilíbrio global e do valor das reservas de capital natural; a redefinição dos critérios e instrumentos de avaliação de custo-benefício a curto, médio e longo prazos, de forma a refletirem os efeitos socioeconômicos e os valores reais do consumo e da conservação; a distribuição e

⁵ O Relatório Brandt, publicado em julho de 1980 com o título Norte-Sul: Um programa para a Sobrevivência, decorreu do trabalho da comissão independente sobre Questões de desenvolvimento internacional, chefiada pelo ex-chanceler alemão Willy Brandt.

utilização equitativa dos recursos entre as nações e as regiões a nível global e à escala regional (AGENDA 21, 2010).

Para Fernandes (2003, p. 81): “Essa definição abrangente está na raiz de muitas controvérsias e há um considerável desacordo entre estudiosos de diferentes disciplinas a respeito de “como” ela pode ser operacionalizada e de que maneira a sustentabilidade pode ser medida”.

Nesse sentido, vários autores dispuseram-se a tratar conceitualmente como que se dão as bases do desenvolvimento sustentável e seus princípios, no sentido de proteger os recursos naturais dentro do mesmo modelo político econômico - o capitalismo - e quais os seus benefícios, limites e englobamento.

Para Sachs, os cinco pilares do desenvolvimento sustentável são:

a) Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do planeta; b) Ambiental, com as duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para disposição de resíduos); c) Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades; d) Econômico, sendo a viabilidade econômica a *condition sine qua non* para que as coisas aconteçam; e) Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença (SACHS, 1975, p. 15-16).

Complementando, Viola (apud BATISTA; ALBUQUERQUE, 2007) cita que através do Relatório Brundtland pode-se apontar que desenvolvimento sem benefício de qualidade de vida das sociedades não pode ser citado como tal. Assim:

Numa sociedade sustentável o progresso deve ser apreendido pela qualidade de vida (saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, um meio ambiente limpo, espírito de comunidade, lazer gozado de modo inteligente, e assim por diante) e não pelo puro consumo material (VIOLA, 1997, p. 28 apud BATISTA; ALBUQUERQUE, 2007, p. 6).

Com essas contribuições, nas palavras acima, os propósitos da prática do desenvolvimento sustentável representam muito mais que uma preocupação ambiental

e insere-se em diversos contextos em busca de uma equidade política, social e desenvolvimentista, através dos preceitos ambientais.

Na sociedade atual, a atividade do homem sobre o mundo deve ser antecedida dos vieses da sustentabilidade (FERNANDES, GUERRA, 2003), respaldando a proteção de áreas naturais, a criação de políticas que abarquem a superação dos poluentes sobre a terra e reconstruindo, nos mesmos moldes de produção, um desenvolvimento verde.

Para Montibeller, é correto afirmar que esse modelo de se desenvolver abarca um mundo de possibilidades:

É desenvolvimento porque não se reduz a um simples crescimento quantitativo, pelo contrário, faz intervir a qualidade das relações humanas com o ambiente natural, e a necessidade de conciliar a evolução dos valores socioculturais com a rejeição de todo processo que leva à deculturação. É sustentável porque deve responder à equidade intrageracional e à intergeracional (MONTIBELLER, 2004, p. 50 apud D'ANGELO, 2009, p. 24).

Através desse desenvolvimento, as empresas também se adaptaram no sentido de apresentar novas metas por meio do mercadológico discurso que a sustentabilidade dá espaço.

Em 1990, o britânico John Elkington criou o famoso tripé que rege as ações sustentáveis do mundo: Economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto (BOFF, 2012). A partir disso, na visão empresarial, o “verde” entra nas políticas e ações que geram lucro e um mundo melhor para as grandes organizações/corporações.

Desse modo, a construção dos preceitos e linhas a serem seguidas do desenvolvimento sustentável, em nenhum momento, problematizou o cerne das atuais problemáticas ambientais que colocam em xeque o mundo em que vivemos, ou seja, até o presente momento, o capitalismo enquanto modelo econômico vigente, que historicamente atua como acelerador do desenfreado consumismo e na contenção de recursos naturais em nome da produção (capital), não entra como vilão nas discussões ambientais, iniciadas na década de 1960.

MITO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Promover a sustentabilidade e o investimento social privados alinhados à estratégia, contribuindo para o fortalecimento institucional da BM&FBOVESPA (Missão da BM&FBOVESPA em sustentabilidade).

Nesta seção, serão apresentadas algumas contribuições teóricas que fragilizam a reprodução do discurso do desenvolvimento sustentável como aporte na salvação dos recursos naturais, na justiça ambiental e na economia desenfreada do mundo atual. Além disso, propõe-se colocar em questão algumas implicações que contradizem a prática desse modelo de desenvolvimento.

Embora existam inúmeras conceituações de desenvolvimento sustentável, a mais aceita é do Relatório Brundtland, que foi apresentada anteriormente. Porém, existem consideráveis desacordos entre estudiosos a respeito de como esse modelo será operacionalizado e como a sustentabilidade pode ser mensurada (BANERJEE, 2003, p. 81).

Falar de desenvolvimento sustentável direta (ou indiretamente) remete a desaceleração da economia. Todavia, essa noção se impõe com as abordagens economicistas que refletem nas políticas ambientais defendidas por muitos países “detentores” desse modelo (SILVA; LIMA, 2010, p. 19).

Nesse quesito, Banerjee ainda complementa que essa definição de Brundtland não se trata propriamente de um slogan, mas sim, de *slogans*: “Ela é um *slogan* e *slogans*, embora bonitos, não fazem teoria” (2003, p. 81):

Os discursos sobre a sustentabilidade estão se tornando crescentemente corporativos. Por exemplo, a Dow Jones recentemente lançou o “Índice do Grupo de Sustentabilidade”, depois de uma pesquisa sobre a fortuna de 500 companhias. Uma corporação sustentável foi definida como sendo aquela *que tem como objetivo um crescimento ao longo prazo capaz de integrar oportunidades de crescimento econômico, ambiental e social em suas estratégias corporativas e de negócios* (Dow Jones Sustainability Group Index, 2000 apud BANERJEE, 2003, p. 82).

Para isso, as noções de sustentabilidade são construídas e reconstruídas, sejam na imprensa, produções literárias e principalmente pelo empresariado, como estratégia planetária na angariação de lucro, com os mesmos moldes que geraram as próprias crises ambientais em que se tenta combater:

Apesar do enquadramento do Desenvolvimento Sustentável, como uma “descontinuidade estratégica”, que transformaria os “atuais fundamentos econômicos”, o discurso corporativo sobre este não surpreendentemente, promove a atividade empresarial na mesma linha, com exceção da produção “verde”, não sendo possível observar nenhuma mudança radical nas visões de mundo que a orientam. Como Robert Shapiro afirma, longe de ser uma questão fundamentada na emoção ou na ética, o Desenvolvimento Sustentável envolve uma lógica fria e uma racionalidade do mundo dos negócios (MAGRETTA, 1997 apud FERNANDES; GUERRA, 2003, p. 83).

Além disso, a partir de um contexto social, Foladori fala que os limites técnicos propostos pelo desenvolvimento sustentável advêm de um equívoco e não do real problema:

Não se trata de existir ou não limites físicos; para a prática humana, o problema não é esse, mas de contradições sociais que provocam diferenças de acesso à natureza e que podem conduzir eventualmente, a catástrofes ambientais. Colocar dessa forma o problema significa considerar que as soluções para as questões ambientais não são técnicas, como seriam se o problema fosse de limites físicos. Ao contrário, as soluções são, em primeira instância, sociais. Somente depois de resolver as contradições sociais, as alternativas técnicas ganham sentido (FOLADORI, 2001, p. 137 apud SILVA; LIMA, 2010, p. 21).

Assim, pode-se traduzir que as catástrofes ambientais são também reflexos da desigualdade social que impossibilita o acesso equitativo das classes sociais para com a natureza. Tendo em vista que, as conduções dos recursos naturais advêm do trabalho de um grupo dominante e assim, à sua ação, atribui-se o poder de explorar o meio ambiente.

Banerjee (2003, p. 86) afirma que: “A abordagem de Brundtland ao Desenvolvimento Sustentável, ao objetivar o crescimento econômico, a preservação

ambiental e a equidade, simultaneamente, pretende conciliar o inconciliável”. As tomadas de decisões dos ambientalistas, governos e organizações internacionais buscam mais minimizar as “externalidades” do crescimento econômico do que apresentar maneiras reais por qual o desenvolvimento deve acontecer (REDCLIFT, 1987, apud FERNANDES; GUERRA, 2003).

Assim, dentre as inúmeras comprovações que contradizem o modelo de desenvolvimento sustentável (conceito e operacionalização), questiona-se a apropriação da natureza nesses moldes de desenvolvimento que nada tem compromisso com a mudança nas crises ambientais atuais. Como pontua Banerjee (2003, p. 89):

A apropriação da natureza e sua transformação em uma fonte de matérias-primas tem sido sempre parte da agenda ocidental de desenvolvimento. A incorporação da natureza ao discurso da modernidade efetuou uma transição desarticulada para os sistemas modernos de produção nos quais a natureza foi objetivada e reinventada à imagem do capital como um fator de produção (O'CONNOR, 1994) ou como produto nela mesma, para embalado, vendido e consumido, como pode ser visto na crescente popularidade do “ecoturismo” entre os consumidores ricos.

Nesse sentido, o turismo enquanto atividade econômica alternativa e ator responsável na potencialização de sua atividade em áreas naturais (e comunidades tradicionais) possui segmentos que trabalham diretamente com os preceitos sustentáveis, reflexo do modelo de desenvolvimento sustentável. Assim, revela-se uma inerência entre a atividade turística com a sustentabilidade, por se falar econômica e sustentavelmente, de áreas naturais e comunidades que estão à mercê de políticas públicas do discurso global do desenvolvimento sustentável.

A NOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

A relação entre desenvolvimento, participação dos atores envolvidos (comunidade receptora, poder público e privado) e sustentabilidade responde aos

anseios de áreas naturais a serem potencializadas por essa atividade econômica alternativa.

Segundo Irving e Camphora:

No turismo, a busca de sustentabilidade equivale à oportunidade de redimensionar espaços, paisagens, culturas e economias através de ações que qualificam o uso articulado de bens e serviços, gerando benefícios de ampla escala (IRVING e CAMPHORA, 2005, p. 311 apud RABINOVICI, 2011, p. 48).

Nisso, o turismo, para se consolidar nos moldes sustentáveis de desenvolvimento, precisa garantir a qualidade de vida no sentido social, ambiental e biológico, no seu sentido de preservação dos recursos naturais, unindo à satisfação das necessidades econômicas, culturais, éticas e estéticas das pessoas e dos ambientes envolvidos (RABINOVICI, 2011).

Por meio da ideia de turismo sustentável, Globe'90 considera que:

A gestão de todos os ambientes, recursos e comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto que a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidos através dos tempos (GLOBE'90, 1990 apud RUSCHMANN, 2001, p. 82).

Continuando, Ruschmann complementa sobre a associação do modelo de desenvolvimento sustentável e turismo com o ambiente:

O conceito do desenvolvimento sustentável e aquele do turismo sustentável estão intimamente ligados à proteção do meio ambiente. Entretanto, encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula, e um desenvolvimento da atividade que proteja o meio ambiente não é tarefa fácil, principalmente porque o seu controle depende de critérios e valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada que, lamentavelmente, ainda não se encontrou plenamente no Brasil e em outros países (RUSCHMANN, 2001, p. 44).

Nesse sentido, o contraponto existente entre a conciliação entre a economia e o meio ambiente dentro do processo de atividade do turismo em comunidades ambientalmente frágeis, apresentada pela autora acima, se equipara com o mesmo equívoco presente na noção de desenvolvimento presente no modelo sustentável proposto pelo Relatório Brundtland e sua pretensão de salvar áreas naturais a partir do mesmo sistema político econômico - capitalismo - que ocasionou e vem a causar as atuais crises ambientais.

Assim, Rabinovici contribui na sua associação do turismo e sustentabilidade, apresentando algumas implicações:

A sustentabilidade e o turismo têm um forte componente simbólico, abstrato e muito eficaz na promoção de ilusões sociais. Daí a necessidade de que, mesmo relativamente, existam exemplos concretos bem sucedidos nas várias experiências em andamento. Neste sentido é que as diversas vertentes do turismo caminham rumo ao discurso da inclusão social, da solidariedade e da responsabilidade. O impacto social de experiências bem sucedidas seria fundamental para continuar atraindo a todos em busca do re-encantamento (2011, p. 49).

Além da busca pela preservação ambiental de uma área, o turismo age em vários contextos. Contribuindo sobre esse quesito, Swarbrooke afirma que:

É preciso começar a ver o turismo sustentável como parte de um sistema mais amplo de desenvolvimento sustentável, um sistema aberto no qual cada elemento afeta os demais. Uma mudança em qualquer elemento suscitará uma reação em cadeia nos outros elementos do sistema. Em outras palavras, se fizermos algo para tentar desenvolver formas mais sustentáveis de turismo, isso afetará outros elementos não-turísticos do sistema. Por exemplo, a tentativa de reduzir o número de turistas pode reduzir os impactos negativos do turismo sobre o meio ambiente, mas pode prejudicar a comunidade local ao reduzir os benefícios econômicos do turismo em termos de emprego e salário (SWARBROOKE, 2000, p. 111).

E sobre desenvolvimento sustentável, apresenta sua contribuição da seguinte forma:

O desenvolvimento sustentável é um pré-requisito para o turismo sustentável, pois o desenvolvimento não-sustentável pode reduzir drasticamente a qualidade do produto do turismo devido a uma infra-estrutura inadequada e a poluição causada por outras indústrias, por exemplo (SWARBROOKE, 2000, p. 113).

Embora existam equívocos no que tange a gestão e operacionalização do desenvolvimento sustentável enquanto modelo político e econômico na gestão de recursos naturais da sociedade, o turismo e a sustentabilidade possuem uma associação ao ponto que se propõe cuidar de comunidades frágeis no seu sentido ambiental e, simultâneo a isso, gerar emprego e renda para os autóctones.

Nesse sentido, falar em áreas naturais a serem investidas pelo turismo submetidas aos preceitos e objetivos do desenvolvimento sustentável, que foram globalizados através das diversas conferências que trataram, de perto, o meio ambiente e suas implicações.

Assim, como foram faladas anteriormente, as discussões que implicam a veracidade do desenvolvimento sustentável enquanto preservador do meio ambiente, unido a contínua produção, recaem sobre o turismo. Enquanto discurso, a sustentabilidade é instrumento de consumo e preservação de áreas naturais para o próprio consumo do sistema vigente.

Através de um discurso sustentável, a natureza e suas matérias primas são incorporadas a noção de consumo, reflexo ocidental de desenvolvimento, onde produtos são “embalados” para o consumo e consumidores ricos usufruem de um segmento turístico tido sustentável, como é o caso do ecoturismo (BANERJEE, 2003, p. 89).

Assim, no Acordo de Mohonk, evento realizado em 2000 e que reuniu participantes de 20 países, envolvidos com o turismo sustentável e o ecoturismo, percebe esse último como um conjunto de práticas e o conceitua da seguinte forma:

O Ecoturismo é turismo sustentável em áreas naturais, que beneficia o meio ambiente e as comunidades visitadas e que promove o aprendizado, respeito e consciência sobre aspectos ambientais e culturais. E o Turismo Sustentável é aquele que busca minimizar os impactos ambientais e socioculturais, ao mesmo tempo em que promove benefícios econômicos para as comunidades locais e destinos (regiões e países) (INSTITUTO ECOBRASIL, 2009, p. 01).

Pires aponta princípios do ecoturismo que vão desde as viagens recreativas com valores naturais, apoio à conservação ambiental com uso dito sustentável dos recursos, participação das populações locais na maximização dos benefícios econômicos do turismo, usando os recursos de maneira racional, diminuição dos impactos físico-culturais da atividade, além da educação ambiental na conscientização ecológica (PIRES, 1999, p. 190-197, apud RODRIGUES et al, 2003, p. 31)

Em todas as conceituações citadas, é indiscutível a associação das práticas da sustentabilidade dentro da atividade turística, devido se tratar de um dos braços de economia alternativa para uma localidade e, principalmente, por se perceber que essa atividade precisa de atrativos naturais “sustentados”, ou seja, amparados, para não atingir negatividade a paisagem local, além de não prejudicar a comunidade receptora.

DELTA DO PARNAÍBA: A SUSTENTABILIDADE DA ROTA DAS EMOÇÕES

Para entender a aplicação de conceitos que remontam o desenvolvimento sustentável aplicado em outros contextos como o turismo, enquanto atividade econômica, é preciso analisar alguns contrapontos exercidos por atores envolvidos na atividade:

Nós até vemos o turista passar de vez em quando, mas só de passagem pelo rio. Ele anda com a lancha da agência, come a comida da agência, tira fotos e retorna sem deixar nada nas comunidades. A comunidade não vê nenhum benefício do turista (depoimento de morador da comunidade do Torto apud ICMBIO, 2009, p. 30).

O Delta do Parnaíba, único delta das Américas e também único com formação em mar aberto, divide-se em cinco braços, envolvendo 73 ilhas fluviais. Representando, especificamente, as cidades de Parnaíba, Buriti dos Lopes, Luis Correia, Cajueiro da Praia e Ilha Grande, o Delta apresenta uma infinidade de belezas naturais que vão das peculiaridades da fauna ao atrativo da flora (ICMBIO, 2009).

Juntamente com o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA) e Parque Nacional de Jericoacoara (CE), o Delta do Parnaíba forma a Rota das Emoções, apresentando um roteiro planejado para atender os diversos ecossistemas e com práticas de turismo de aventura, ecoturismo e entre outras atividades ligadas à natureza.

A Rota das Emoções (PI/CE/MA) tem como visão: *“Ser um destino sustentável de referência nacional e internacional pelos seus produtos únicos, diferenciados, que integra natureza, aventura, esportes relacionados com vento e água, e cultura, num cenário de sol e praia”*. E seus princípios básicos correspondem aos seguintes fatores (ROTA DAS EMOÇÕES, 2010):

Compromisso com o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas; Fortalecimento da governança local; Efetivação do processo de integração em todas as instâncias; Vivência de uma experiência de grande significado ao turista; Observância das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais, voltadas para o turismo.

Com esses pré-requisitos apostando na sustentabilidade associada à atividade turística, no ano de 2009, a Rota das Emoções ganhou o prêmio de melhor roteiro turístico do país, durante o 4º Salão de Turismo, maior evento turístico da América latina. Aliado a essa visível relação, é importante destacar a importância de se analisar a teoria e a prática dos conceitos de *turismo sustentável, ecoturismo, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável* no roteiro citado que atua dentro do Delta do Parnaíba (ROTA DAS EMOÇÕES, 2010).

O município de Parnaíba é considerado a “capital do Delta do Parnaíba”. De acordo com Feydit e Costa, o grande potencial turístico da região em nada contribui para a geração de renda dos e para os povoados e toda a atividade turística é desempenhada por empresas de Parnaíba (FEYDIT e COSTA, 2006 apud ICMBIO, p. 21).

A maior problemática nesse sentido é que dentro da atividade turística praticada no Delta do Parnaíba, povoados existentes nas ilhas (Passarinho, Ilha do Torto, Comunidade do Morro do meio, Ilha das Canárias, Caiçara, etc.) não participam de forma

operacional, direta e indiretamente, do turismo praticado. Através de observação direta, algumas agências de viagens apontaram participação das comunidades no turismo realizado; porém, não remete o envolvimento deles no planejamento junto com o poder público e privado municipal e estadual para com o turismo, inserção dos autóctones nos roteiros vendidos e, principalmente, a não mensuração do que econômica, social e ambientalmente as comunidades possuem melhorias quanto ao encontro da atual atividade turística implementada.

Em toda visita realizada nas comunidades que compõem uma parte do Delta do Parnaíba e percebendo a inserção do poder público e privado na vida dos moradores locais, pouco pode se constatar da participação coletiva do poder privado, público e sociedade civil/comunidade receptora na elaboração de metas de planejamento e gestão do turismo ou, especificamente, do ecoturismo que, comercialmente, é vendido nas campanhas publicitárias a nível local e estadual.

Mattos (2009) afirma que:

Os programas de desenvolvimento do ecoturismo presentes na região, entre eles o programa de Melhores Práticas para o Ecoturismo (MPE/Funbio) e o programa Pólos de Ecoturismo, pouco investiram na parceria com os habitantes dos povoados das ilhas do delta e se tornaram superficiais do ponto de vista do desenvolvimento local.

As agências de viagens que atuam no local, de acordo com o documento “Caracterização da Unidade e temas complementares”, pesquisando a Reserva Extrativista do Delta do Parnaíba – RESEX que está inserida no Delta do Parnaíba, ocupam um grande espaço no que tange a totalidade de geração de receitas e o turismo ainda é uma atividade nula na participação econômica dentro das comunidades. Embora que, no documento citado, uma agência de viagens de Parnaíba tenha construído na Ilha de Poldros⁶, próximo a comunidade de Caiçara, empreendimentos com fins turísticos, com a promessa de uso de mão de obra local, não ampliação da área sem o consentimento da comunidade, garantia de livre acesso dos moradores e limites/gestão

⁶ Está localizada no Delta do rio Parnaíba, no município de Araióses-MA.

do lixo (ICMBIO, 2009), ainda assim, não resulta de um planejamento e gestão do turismo local que atenda minimamente os anseios e demandas dessas comunidades. Ressalta-se que a construção foi multada pelo ICMBio por proibição de ocupação de Área de Preservação Permanente – APP.

Neste contexto, o Delta do Parnaíba é uma região que precisa de um envolvimento protagonista de suas comunidades receptoras em toda atividade turística e que para elas o poder público estadual e municipal, em termos de políticas públicas norteadoras da atividade turística, trabalhe. A intervenção do turismo envolve fatores de identidade e cultura (peculiaridades) e pela precariedade de políticas públicas que os autóctones convivem, é de caráter contraditório a prática do ecoturismo – por meio de seus pressupostos - e do que representa o desenvolvimento sustentável.

A associação entre o turismo e a sustentabilidade dentro da Rota das Emoções, apresentando o Delta do Parnaíba, se dá perceptivelmente quando a atividade turística insere-se em atrativos naturais.

Como salientou anteriormente Irving e Camphora:

No turismo, a busca de sustentabilidade equivale à oportunidade de redimensionar espaços, paisagens, culturas e economias através de ações que qualificam o uso articulado de bens e serviços, gerando benefícios de ampla escala (IRVING e CAMPHORA, 2005, p. 311 apud RABINOVICI, 2011, p. 48).

Porém, é importante salientar como a contradição da prática do ecoturismo que é comercializado ainda não alcança as bases desse segmento no sentido da sustentabilidade, tida como via na preservação/conservação de áreas naturais e especificamente do Delta do Parnaíba. Existem análises [a]históricas sobre a própria delimitação dos ideais do desenvolvimento sustentável, dissociando-se do contexto social de construção das problemáticas ambientais e, por conta disso, reflete os equívocos presentes na sua inserção em outros contextos como é o caso turismo – ecoturismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção histórica do conceito e do que representa o desenvolvimento sustentável é alheia às contradições do modo de produção capitalista, enquanto modelo político-econômico que não se consolida quando se remete progresso e desenvolvimento para todos, pois é a partir das desigualdades sociais, exploração de recursos naturais e dominação do homem pelo homem que esse sistema se sustenta. E por isso, associado ou não ao turismo, percebe-se que o desenvolvimento sustentável é o novo discurso ideológico desse sistema vigente, na tentativa alienadora de legitimá-lo.

A fim de considerações finais, sob a metodologia utilizada, o desenvolvimento sustentável e sua relação com o turismo dentro do Delta do Parnaíba no foco da Rota das Emoções, refletem-se por um caráter contraditório e problemático. Municípios e, principalmente, comunidades do Delta do Parnaíba vivem alheias às políticas públicas de base, além do não envolvimento no planejamento e gestão do turismo, já colocando em discussão a prática sustentável dentro dos segmentos sustentáveis do turismo que não acompanha ambiental e socialmente as bases apresentadas.

Além disso, a falta de inserção das comunidades locais no turismo realizado, a não preservação do ambiente natural e a ausência de valorização dos costumes e modo de vida local, já colocam em contraponto a noção que se é concebida de ecoturismo como “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (Marcos Conceituais – Mtur).

Por fim, mas como passo pertinente para seguir adiante com o debate proposto, este artigo buscou apresentar uma reflexão sobre a urgente necessidade de estudo e discussão acerca do desenvolvimento sustentável atrelado ao turismo com suas segmentações dentro do Delta do Parnaíba através da Rota das Emoções (PI/CE/MA). Além de proporcionar um debate global sobre o meio ambiente no modo de produção capitalista, relacionando a *sustentabilidade, turismo e desenvolvimento*, apresentando as

contradições quanto à materialidade do desenvolvimento sustentável nos termos citados, afirmando as responsabilidades, na criação de projetos e programas que visem à socialização de todos os setores envolvidos no Turismo enquanto atividade econômica, social, cultural e política em qualquer lugar que eles estejam inseridos e assim, localmente, nas comunidades locais do único Delta das Américas.

A REFLECTION ON TOURISM AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT AT EPA DELTA OF THE PARNAÍBA - ROTA DAS EMOÇÕES

ABSTRACT

The environment has suffered the negative impacts of unbridled production of the current system: The way of capitalist production. So, sustainable development is presented as a new conciliatory model between continuous production and natural resource protection. Tourist activity through its "sustainable" segments, proposes less harmful ways to natural attractions that are potentiated by the activity. The goal of this search is to present a reflection from the relationship of tourism and sustainable development, both practiced in the Área de Proteção Ambiental (Environmental Protection Area) - APA Parnaíba Delta, located on Rota das Emoções (Route emotions). It's suppose, as in practice, the relationship between tourism and sustainable development, both interconnected to the promotion of tourism in the city of Parnaíba / PI and the supposed inclusion of little traditional communities in planning and management of tourism, basic aspects to define ecotourism, commercially and sustainably disclosed segment. To achieve this goal, the work is from bibliographic and documentary research on tourism and sustainable development and technical visits already carried out in the communities that make up the APA Delta do Parnaíba, locking the discussion of environmental issues at the heart level global and local, the misconceptions of this tourist activity. Realized that it is conflicting and contradictory, the relationship of tourism and sustainable development in the communities of Delta do Parnaíba, by the segment marketed - ecotourism - is practiced only for business purposes, since by not planning activity exist between actors involved. This causing the lack of community participation, resulting in ownership of the local private power over the natural heritage of the Delta, through the speech fallacious of sustainability in the context of the subject matter presented.

KEYWORDS: SUSTAINABLE DEVELOPMENT. TOURISM. APA DELTA DO PARNAIBA.

REFERÊNCIAS

BANERJEE, Subhabrata Bobby. **Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza.** In: FERNANDES. **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável.** Unamaz: Belém, 2003.

BATISTA, Ieda Hortêncio; ALBUQUERQUE, Carlossandro Carvalho de. **Desenvolvimento Sustentável: novos rumos para a humanidade.** Revista Eletrônica Aboré. Edição 03, 2007.

BOFF, Leonardo. **Desenvolvimento Sustentável: crítica ao modelo padrão.** Disponível em: <http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/desenvolvimento-sustentavelcritica-ao-modelo-padrao/>. Acesso em 24. Abril. 2014.

CONCEITUAIS DO ECOTURISMO. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area07/7470_Bezerra_Givaldo_dos_Santos.pdf. Acesso em: 03 jul. 2013.

DELTA DO PARNAÍBA. Disponível em: <http://www.piaui.pi.gov.br/terra-querida/especial/id/5166>. Acesso em 21.nov.2013.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <http://www.agenda21-ourique.com/pt/go/desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 28. abril. 2014. Acesso em 01. maio. 2014.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/. Acesso em: 05 jul. 2013.

Dimensões no Mundo Globalizado. In: Revista Veredas. N.3 v. 1, IESP Faculdades, Disponível em: <http://catalisa.org.br/textoteca/30-o-conceito-de-sustentabilidade-e-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 04 jul. 2013.

ECOBRAZIL. Disponível em: http://www.ecobrasil.org.br/publique/media/acordo_de_mohonk.pdf. Acesso em 21.nov.2013.

ECOTURISMO. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estrutura_segmentos/ecoturismo.html. Acesso em: 03 jul. 2013.

ECOVIAGEM. Disponível em: <http://ecoviagem.uol.com.br/fique-por-dentro/artigos/turismo/ecoturismo-e-desenvolvimento-sustentavel-429.asp>. Acesso em: 04 jul. 2013.

FERNANDES, Marcolina; GUERRA, Lemuel. **Contra-discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Unamaz, Belém, 2003.

ICMBIO. **Caracterização da unidade e temas complementares: Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba**. Brasília, 2009.

INSTITUTO ECOBRASIL. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/acordo_de_mohonk.pdf> Acesso em 14.jun.2014.

LEAL, Carlos Eduardo. **As grandes convenções sobre o meio ambiente e os acordos internacionais para a sustentabilidade - I**. Disponível em: <http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/23813/11399/Cederj_Agenda_21_Aula_15.pdf>. Acesso em 14.jun.2014.

LINDBERG, Kreg. HAWKINS. D. E. **Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 2002.

NEOLIBERALISMO. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2013.

PLANO NACIONAL DE TURISMO. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_11_09_2012.pdf>. Acesso em 21.nov.2013.

O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <<http://catalisa.org.br/textoteca/30-o-conceito-de-sustentabilidade-e-desenvolvimento-sustentl/>>. Acesso em: 04 jul. 2013.

RABINOVICI, Andrea. **Organizações Não Governamentais e a Sustentabilidade do Turismo**. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT1-42-28-20100902171833.pdf>. Acesso em 01. maio. 2014.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL. Disponível em: <<http://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/revolucao-industrial.htm>>. Acesso em 28.abril.2014.

RIO + 20. Disponível em: <http://www.radarrio20.org.br/index.php?r=conteudo/view&id=9>. Acesso em 28. Abril. 2014.

RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org). **Ecoturismo no Brasil: Possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

ROTA DAS EMOÇÕES. Disponível em: <<http://www.rotadasemocoos.com.br/a-rota.html>>. Acesso em: 22.nov.2013.

RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro, Garamond, 1927.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da; LIMA, Laíse Soares. **Desenvolvimento sustentável: um debate sobre as suas impossibilidades**. Revista Científica do IFAL. v. I, nº 1, jul./dez, 2010.

SUSTENTABILIDADE. Disponível em: <<http://www.ideiasustentavel.com.br/tag/artigo-de-john-elkington/>>. Acesso em 21.nov.2013.

SUSTENTABILIDADE. Disponível em: <<http://ri.bmfbovespa.com.br/static/ptb/sustentabilidade.asp?idioma=ptb>>. Acesso em 15.jun.2014

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Turismo Cultural, Ecoturismo e ética**. São Paulo: Aleph, 2000.

TURISMO E SUSTENTABILIDADE. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/conteudo_fundamental_turismo_e_sustentabilidade.pdf/>. Acesso em: 04 jul. 2013.

TURISMO SUSTENTÁVEL E ECOTURISMO. Disponível: <http://www.ecobrasil.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=51&sid=5>. Acesso em 27. Abril. 2014.

TURISMO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <<http://www.atitudessustentaveis.com.br/sustentabilidade/turismo-sustentavel-o-que-e-turismo-sustentavel/>>. Acesso em 21.nov.2013.

TURISMO. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 22.nov.2013.

Cronologia do Processo Editorial

Recebido em: 10. dez. 2013

Aprovação Final: 10. maio. 2014

Referência (NBR 6023/2002)

SILVA, Amanda Maria dos Santos; ROCHA, Ricardo Rayan Nascimento. Uma reflexão sobre turismo e desenvolvimento sustentável na APA Delta do Parnaíba/PI – Rota das Emoções. **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, vol. 3, n. 1, p. 79-101, jan./jun. 2014.